

F	m	۵ı	nd	a	- 1	N	0
_		<b>G</b> I	IU	а			

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO				
	( ) SUPRESSIVA ( ) SUBSTITUTIVA ( ) ADITIVA				
PI 993/2007	( ) AGLIITINATIVA (X) MODIFICATIVA				

## AUTOR PARTIDO UF PÁGINA DEPUTADO ROCHA LOURES PMDB/PR 1/1

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se nova redação ao caput do art. 13, do PL 993 de 2007, suprimido-se os §§ 1º, 2º e 3º:

"Art. 13. Sem prejuízo de outras cominações legais, a manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei, sujeita a parte concedente à infração aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, nos termos do título VII da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, de cuja providência dará ciência ao órgão supervisor do respectivo sistema de ensino e ao Ministério Público do Trabalho."

## **JUSTIFICATIVA**

A multa estabelecida é arbitrária e desconforme, podendo tornar-se, por precaução da parte concedente, um fator inibidor da oferta de vagas para estágio. Solução mais adequada seria sujeitar a parte concedente à infração aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da CLT. Destaca-se que o próprio projeto refere no dispositivo que se pretende modificar "trabalhador em situação irregular"; ou seja, admite que o estagiário em situação irregular não é estagiário, mas sim, trabalhador, para o qual deverá ser aplicada a legislação trabalhista. Desnecessário e incoerente, portanto, a aplicação de multa.

Brasília, 17 de maio de 2007

Deputado Henrique Eduardo Alves

